

HIDROVIA ARAGUAIA-TOCANTINS

Água Boa reage contra suspensão de audiências

Prefeito, presidente da Câmara e entidades assinam nota de repúdio

RODRIGO VARGAS
Da Reportagem

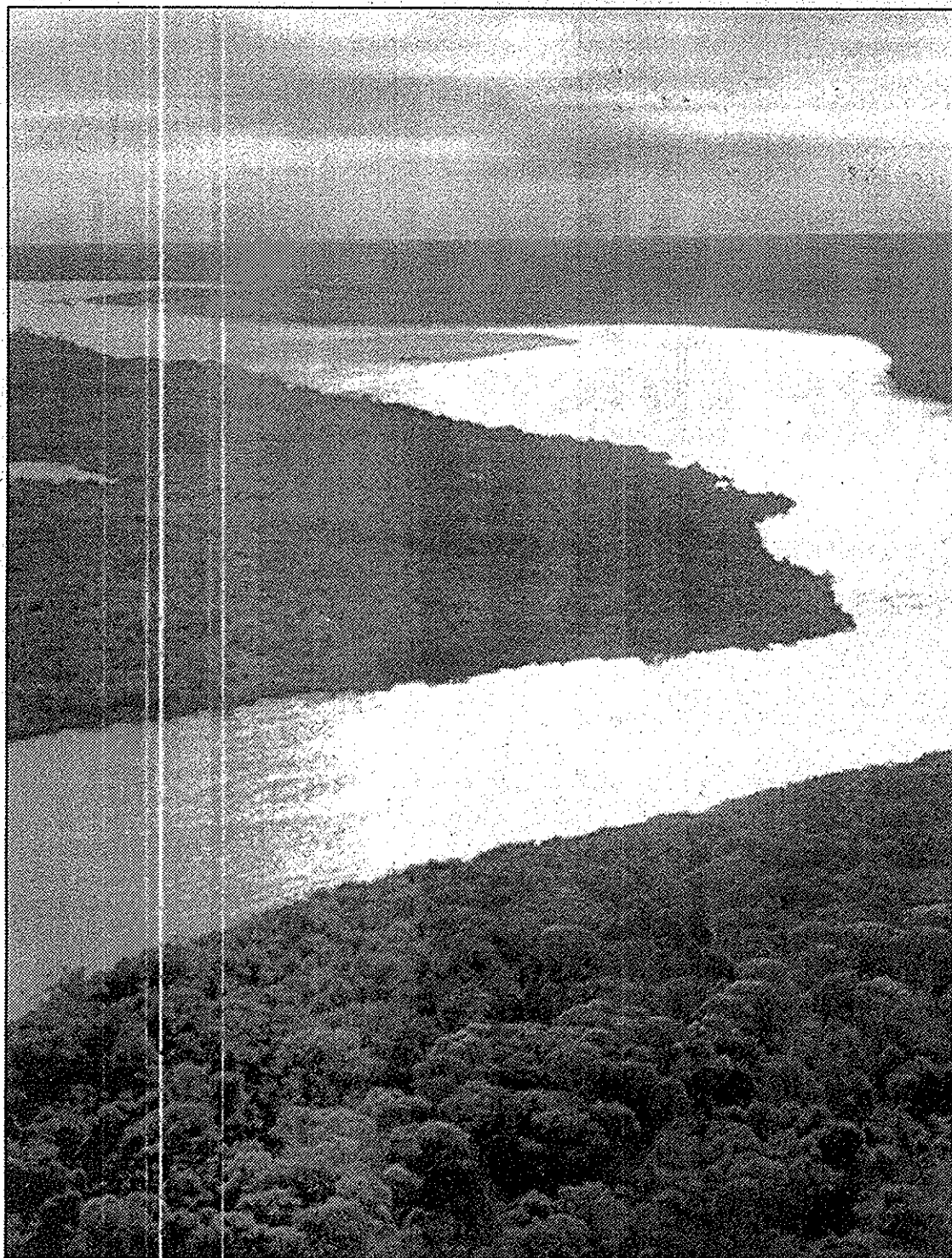
O município de Água Boa, a 715 quilômetros de Cuiabá, está em pé de guerra contra o Ministério Público Federal pela implantação de hidrovias Araguaia-Tocantins. Em nota de repúdio divulgada ontem, a Prefeitura, a Câmara Municipal e mais 12 entidades denunciaram a existência de uma "campanha insidiosa" promovida pelos Procuradores Regionais dos cinco Estados diretamente envolvidos na obra (Mato Grosso, Pará, Goiás, Tocantins e Maranhão) para impedir a discussão dos resultados do Relatório e do Estudo de Impacto Ambiental (EIA-Rima).

Trata-se de uma referência às ações judiciais que em duas oportunidades suspenderam a realização das audiências públicas, etapa fundamental do processo de licenciamento ambiental da hidrovia. "O Ministério Público Federal, com um inequívoco desconhecimento de causa sobre a implantação da hidrovia, está interferindo na realização das audiências públicas, na tentativa de adiar, ou mesmo interromper, o licenciamento ambiental deste importante meio de transporte fluvial", dizia um trecho da nota.

A batalha judicial começou no dia 17 de setembro, quando MPF protocolou uma Ação Civil Pública com pedido de liminar solicitando a suspensão imediata do processo de licenciamento, a nulidade do EIA-RIMA e o cancelamento das audiências públicas (marcadas para iniciar no dia 21 daquele mês) em virtude de irregularidades encontradas no documento. "Este EIA-Rima mutilou o trabalho de quatro antropólogos", justificou o procurador José Donizette da Silva, um dos autores do pedido de liminar, aceito em 20 de setembro e, dois dias depois, cassado por falhas técnicas. As cinco audiências públicas previstas foram então remarcadas para outubro, mantendo a mesma programação, com início no dia 21.

Também não seria desta vez. Dois dias antes da abertura da

ARQUIVO/DC



EIA/Rima da hidrovia teria suprimido trechos desfavoráveis ao corredor fluvial

primeira audiência, o juiz Cesar Augusto Bearsi, da 3ª Vara da Justiça Federal em Mato Grosso, concedeu nova liminar em ação impetrada pela ong Instituto Sócio-Ambiental (ISA), aceitando a alegação de que teria havido uma edição de trechos dos estudos realizados por três antropólogos e um biólogo para o EIA-Rima da hidrovia.

"Francamente, não se pode basear uma obra deste vulto em uma farsa, muito menos dar

conhecimento ao público de tais laudos em audiência aberta, levando todos a crer que é real e sério, quando em verdade foi alterado", escreveu Bearsi, em seu parecer. "A ser permitida tal audiência, o que o público saberá é apenas o que foi escolhido para lhe mostrar e não os estudos completos feitos pelos profissionais habilitados".

O prefeito de Água Boa, Luiz Abdalla, que encabeçou a lista de assinaturas da nota, disse

considerar a suspensão das audiências uma deliberada tentativa de impedir o crescimento da região e do Brasil. "As audiências servirão para instruir e orientar as comunidades localizadas nas imediações dos rios, mas interesses de toda ordem insurgem para não permitir que a região e o país possam crescer e se desenvolver harmonicamente. Por que os procuradores não participam e defendem as duas idéias nas audiências?"